

5ª Reunião do Comitê Gestor do Comitê de Estatísticas Sociais

4 de julho de 2013, das 10h às 13h

**Local – Salão Nobre do Ministério do Planejamento
Esplanada dos Ministérios - Bloco K - 9º andar - Brasília - DF**

Participantes

Ana Lúcia Starling – MP
Claudia Regina Baddini Currello – MDS
Claudio Dutra Crespo – IBGE
Eduardo da Silva Pereira – MPS
Fabíola Sulpino Vieira – MS
Israel Veras – MJ
Jailson Manguiera Assis – IBGE
Marcia Maria Melo Quintslr – IBGE
Maria Emilia P. Veras – MTE
Paulo de Martino Jannuzzi – MDS
Renan Carlos Dourado – INEP
Ricardo Fabrino – MEC
Rogério Nagamine Costanzi – MPS
Zélia Magalhães Bianchini – IBGE

- ✓ Informe sobre os trabalhos do Grupo Executivo do Comitê de Estatísticas Sociais.
 - Zélia Bianchini informou que em 2013 foram realizadas duas reuniões do Grupo Executivo até o mês de julho. Nestas reuniões, foram discutidos os seguintes pontos:
 - Avaliação do II Seminário Nacional do Comitê de Estatísticas Sociais;
 - Bases de dados: Avaliação e complementação do inventário; levantamento e documentação das lacunas; atualização dos metadados; links para as bases de dados;
 - Lacunas de informação na área de Saúde;
 - Discussão sobre produto de divulgação do CES – folder;
 - Identificação dos responsáveis que respondem os questionários da área social demandados por organismos internacionais;
 - Proposta de criação de subgrupo sobre o acompanhamento do envio e uso de dados oficiais encaminhados a organismos internacionais;
 - As informações sobre justiça e vitimização e a classificação internacional - avançar na articulação;
 - Informe sobre o 13º Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD.
 - Foram incluídos dois metadados de bases de dados do Ministério da Justiça, o Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal – SINESPJC e a Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública – Pesquisa Perfil.
 - Os metadados do Censo CRAS e do Censo CREAS do MDS foram substituídos pelos metadados do Censo SUAS.
 - O IBGE fez a inclusão dos metadados da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.
 - Os metadados do Inep e do Ministério da Saúde foram atualizados.
 - Os metadados das pesquisas do IBGE agora são atualizados automaticamente com o

banco de metadados estatísticos do IBGE por meio de *web service*. A atualização dos metadados das demais instituições ainda é feita de forma manual.

- Os links para as páginas das pesquisas ou bases de dados foram incluídos na página do Comitê de Estatísticas Sociais.
- Foi feita uma nova organização da documentação de lacunas na página do Comitê, sendo que agora estão dispostas em um item separado na estrutura da página de “bases de dados” e foram classificadas em dois tipos: lacunas específicas nas bases de dados identificadas pela instituição produtora; e; lacunas temáticas, diferenças conceituais e demandas.
- As lacunas da área de Saúde foram levantadas através de ofício enviado pela Secretaria Executiva do Ministério da Saúde para todas as secretarias do ministério. As respostas a este ofício ainda estão sendo revisadas e consolidadas com foco nas lacunas específicas nas bases de dados identificadas pela instituição produtora ou nas lacunas temáticas.
- Foi discutida uma proposta de folder para o Comitê de Estatísticas Sociais, visando sua divulgação e de suas bases de dados.
- Foi sugerida uma capacitação dos técnicos dos ministérios que compõem o Comitê, mapeando as iniciativas de cada instituição e proposta de ampliação para os técnicos dos outros órgãos do Comitê.
- Em relação às demandas de organismos internacionais, o Grupo Executivo procurou identificar as áreas responsáveis nas instituições que respondem os questionários da área social. Além disto, foi feita uma proposta para análise do Comitê Gestor de criação de um subgrupo para o acompanhamento do envio e uso de dados oficiais encaminhados a organismos internacionais.
- Israel Veras informou que um novo sistema SINESP irá substituir o SINESPJC. A nova versão será mais articulada com os estados, sendo inclusive associada a uma lei que estabelece que os estados que não alimentarem o sistema não receberão recursos do sistema prisional. Além disto, a consulta ao INFOSEG por parte dos estados está condicionada à alimentação do SINESP. O Ministério da Justiça acredita que o SINESP será um importante instrumento de gestão e sua alimentação será feita por meio de *web service*, conferindo maior credibilidade.

✓ Apresentação de proposta do primeiro folder do Comitê de Estatísticas Sociais.

- Zélia Bianchini apresentou uma primeira proposta do folder para divulgação do Comitê de Estatísticas Sociais. Para sua construção, foi acordado que faria mais sentido dar prioridade a temas em vez dos produtores de dados.
- O tamanho do folder seria parecido com o folder da RIPSa e teria cerca de oito páginas, contemplando informações de todas as instituições participantes do Comitê. Além da capa, teria um breve texto sobre o Comitê, sua composição, objetivos e diretrizes. Também seria listada a relação das bases inventariadas pelo Comitê.
- Ana Lúcia Starling entende que deve ser destacado que as bases inventariadas não esgotam a produção das instituições, mas são aquelas mais estabilizadas ou institucionalizadas ou com tradição de uso estatístico.
- Para tornar o folder mais atrativo, foi decidido que as páginas do interior teriam um tipo de chamada ou manchete, seguido por um pequeno texto sobre as bases de dados e suas potencialidades, indicadores selecionados apresentados em forma de gráficos, mapas, ou tabelas, e outro texto descrevendo a potencialidade para análise conjunta e delineamento de políticas.
- Para destacar o potencial de integração, foi decidido que os indicadores selecionados deveriam, preferencialmente, contemplar bases de dados de diferentes instituições. No tema Educação, foi sugerida a frequência na educação infantil utilizando dados do

Censo Escolar do Inep e da PNAD do IBGE. Para o tema Saúde foi proposta a taxa de homicídios para jovens utilizando como fonte o Sistema de Informações de Mortalidade – SIM do Ministério da Saúde e do Censo Demográfico do IBGE. Na área de Trabalho foi abordada a questão do emprego, utilizando dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do MTE para o mercado formal e da PNAD do IBGE que também abrange o mercado informal. Em Previdência e Assistência Social, procurou-se mostrar o pagamento de benefícios previdenciários o acesso ao Programa Bolsa Família. Na área da Justiça, foi sugerida a distribuição do efetivo de policiais, utilizando dados da Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública do MJ em conjunto com informações de população da PNAD do IBGE.

- Fabíola Vieira entende que o tema de mortalidade, sugerido para a área de saúde, não é o mais importante para o ministério e poderia ser trocado por gasto público *per capita* ou taxa de mortalidade infantil.
- Zélia Bianchini informou que este trabalho de construção do folder é muito grande e ainda precisa de ajustes. Destacou também que embora a ideia do folder seja mostrar a potencialidade de integração do Comitê, não necessariamente os indicadores devem ser construídos com informações de mais de uma instituição.
- Marcia Quintslr entende que devem ser priorizados indicadores que contemplem bases de mais de uma instituição, mesmo não sendo obrigatório. Seria importante apresentar o folder no próximo seminário e definir sua periodicidade.
- Paulo Jannuzzi sugeriu que sejam desenvolvidas três edições do folder, pois uma não seria suficiente.
- Marcia Quintslr avaliou que seria interessante que as diferentes edições do folder não fossem divulgadas ao mesmo tempo, mas no decorrer do ano. Além disto, o Comitê Gestor vai ter que discutir a questão de recursos financeiros e humanos, como consultorias.
- Em relação à tiragem, Marcia Quintslr disse que o IBGE poderia avaliar a impressão para este ano. Fabíola Vieira disse que o Ministério da Saúde tem uma editora que poderia facilitar a impressão do material. Paulo Jannuzzi sugeriu que quando o IBGE distribuísse a matriz de impressão para as demais instituições para que estas pudessem imprimir e distribuir em seus eventos.
- Ana Lúcia Starling sugeriu a migração dos indicadores para a INDE. Marcia Quintslr destacou que após a definição dos indicadores que entrarão no folder, o Grupo Executivo poderia adicioná-los à plataforma da INDE. Em um segundo momento poderia ser estudado quais indicadores poderiam ir para a INDE.
- Em relação à Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA, Marcia Quintslr entende que o Comitê ainda não está pronto para disponibilizar suas informações no padrão requerido.
- Ricardo Fabrino disse que há outras bases que são de uso interno nos ministérios. Apontou para a necessidade de integração e disseminação, sugerindo uma consultoria com pauta voltada para integração das bases de dados.
- Marcia Quintslr disse que o folder é um ponto de partida para a integração das bases, mas que existem outras ações que devem ser exploradas, com a linkagem de bases.
- Claudio Crespo sugeriu que a página do Comitê na internet poderia destacar a indicação de publicação das diversas bases de dados, conferindo um caráter mais dinâmico à página. Esta ação poderia até facilitar o conteúdo para a série de folders.

✓ Avaliação de criação de subgrupo para o acompanhamento do envio e uso de dados oficiais encaminhados a organismos internacionais.

- Marcia Quintslr entende que este assunto é importante e desde o primeiro seminário do Comitê vem sendo abordado e que houve alguns avanços entre o IBGE e Inep e entre

IBGE e MTE. Entretanto, é preciso avançar mais ainda. Hoje cada órgão recebe questionários internacionais no varejo e não temos uma visão integrada ou uma coordenação.

- Marcia Quintslr disse que caso este grupo seja formado, não será composto necessariamente por membros do Comitê, mas que precisaria de acompanhamento. Seriam tarefas para este grupo levantar as informações demandadas, para que organismos vão e qual o uso é dado a estas informações.
- Ricardo Fabrino entende que o Grupo Executivo deveria fazer uma tentativa de localizar as demandas externas regulares e fazer um cadastro do que é rotineiro e em quais formulários internacionais estes dados são utilizados.
- Paulo Jannuzzi informou que as atualizações do MDS são mais rotineiras e os levantamentos são mais complexos. Aprova a proposta de identificar quem são os demandantes e é preciso destacar quais são os limites e as potencialidades das informações. Os organismos multilaterais devem ouvir a contribuição do Brasil dado a nossa expertise, por exemplo, em indicadores multidimensionais que não captam as ações realizadas. É necessário um mapeamento das estatísticas internacionais, inclusive a agenda pós 2015. É preciso ainda verificar se os indicadores e conceitos podem ser comparados e suas metodologias.
- Renan Dourado disse que no Inep há um grupo responsável pelo envio de dados a organismos internacionais e que seria importante a articulação entre os responsáveis por responder os questionários nas outras instituições.
- Rogério Costanzi informou que há demandas eventuais para o Ministério da Previdência. Existe um levantamento sobre legislação que é mais regular. Destacou que o MPS utiliza a faixa etária de 16 a 59 anos para população que contribui para a previdência, enquanto que o IBGE usa 10 anos ou mais, o que gera algumas diferenças em algumas publicações.
- Maria Emilia Veras disse que existe uma boa relação do Ministério do Trabalho com o IBGE e também com o Ministério da Previdência na parte de acidentes de trabalho.
- Fabíola Vieira informou que as demandas chegam pulverizadas no Ministério da Saúde, diretamente para as áreas responsáveis. Disse que é importante conhecer como estes organismos usam os dados e a metodologia que utilizam em suas publicações.

✓ Avaliação dos desdobramentos do II Seminário Nacional do Comitê de Estatísticas Sociais.

- Marcia Quintslr informou que os seminários realizados pelo Comitê se dirigem ao conjunto de todos os ministérios e que estes devem ser realizados anualmente.
- Paulo Jannuzzi informou que o MDS possui recursos do Banco Mundial que podem ser alocados para o *coffee break* do próximo seminário.
- Marcia Quintslr citou que no seminário foi levantado o pouco conhecimento sobre o Comitê e que o folder pode ajudar neste sentido.
- Marcia Quintslr lembrou que houve muitas solicitações e questionamentos que o Grupo Executivo deve responder e colocar na página do seminário. Segundo Zélia Bianchini, muitas perguntas já foram respondidas no próprio seminário.
- Marcia Quintslr reiterou que na página do Comitê deve estar explicitado que as bases ali disponibilizadas são aquelas mais institucionalizadas e consolidadas.

✓ Informe sobre os grupos de trabalho e estudos do IBGE em temas sociais.

- Claudio Crespo fez uma apresentação sobre os GTs e estudos do IBGE em temas sociais. Segundo Claudio, estes grupos surgiram num momento de discussão no Instituto, tendo em vista a conjuntura internacional e nacional em diversos aspectos. Houve uma revisão da UNECE na classificação de atividades estatísticas e o marco referencial das Nações

Unidas para as estatísticas sociais. Foi observado o que está sendo produzido nos diversos institutos para avaliar a produção do IBGE.

- As discussões destes GTs se orientaram com os seguintes propósitos:
 - Propor o escopo de cada temática social, levando em consideração os eixos condições de vida, desigualdade e exclusão social, assim como as dimensões transversalidade, diversidade, espaço e tempo;
 - Garantir uma visão integrada entre as áreas de planejamento, produção e análise;
 - Identificar as fontes de dados que servem de insumo ao tratamento adequado de cada tema;
 - Identificar lacunas existentes em cada área temática sejam fontes de dados ou abordagens, propondo alternativas;
 - Sugerir produtos que abordem as temáticas sociais.
- A definição dos temas básicos foi pautada nos seguintes critérios:
 - Nas questões que estão em debate público na sociedade brasileira;
 - Disponibilidade de informações estatísticas produzidas pelo IBGE e pelos principais produtores de estatísticas oficiais do país;
 - Deste modo, novos temas poderão no futuro compor o quadro proposto;
 - Ainda está sendo discutida pelos grupos, devido a sua relevância nos dias de hoje, a abordagem de temas como pobreza e gênero, ou seja, se tais temas devem ser tratados como mais duas áreas específicas da estrutura temática proposta;
 - É importante ainda ressaltar que questões como bem-estar, mobilidade social, direitos humanos, diversidade, desigualdade, equidade, exclusão social entre outras, são consideradas perspectivas de análise dos diversos temas.
- De acordo com estes estudos a configuração da estrutura temática da área social do IBGE ficou com a seguinte classificação: População; Habitação; Saúde; Educação; Trabalho; Rendimento e consumo; Proteção social; Cultura; Justiça e segurança; Gestão e participação política e social; Uso do tempo. As fontes de informação para estes temas seriam supridas por pesquisas domiciliares, Censo Demográfico ou registros administrativos.
- Na estrutura proposta, as fontes de dados contemplam um conjunto de informações advindas de diversos organismos produtores oficiais, por serem informações estatísticas que permitem a compreensão mais ampla das questões sociais, as quais, no nosso entendimento, não se esgotam na produção do IBGE.

✓ Informe sobre os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais da Comissão de Estatística das Nações Unidas.

- Zélia Bianchini informou que os princípios são para todos os produtores de estatísticas oficiais e também são importantes para os usuários.
- Houve uma mudança recente no preâmbulo destes princípios, aprovada pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, de forma a contemplar as novas metodologias adotadas desde sua adoção.
- Marcia Quintslr informou que o IBGE recentemente elaborou um código de boas práticas na produção de estatísticas do IBGE que será divulgado em breve.

✓ Diretrizes e próximos passos.

- O Comitê Gestor aprovou o conteúdo e formato do folder e sua divulgação deverá ser uma série de três ou quatro vezes por ano.
- O Comitê Gestor aprovou a criação do grupo acompanhamento do envio e uso de dados oficiais encaminhados a organismos internacionais. Este grupo não necessariamente

deve ser composto por membros do Comitê, mas deve ser acompanhado pelo Grupo Executivo. As atribuições deste grupo são: fazer o levantamento das informações que são encaminhadas; fazer o levantamento para quais organismos internacionais vão estas informações; fazer levantamento de qual o uso que é dado a estas informações por estes organismos; identificar a metodologia de como os organismos fazem projeções na ausência de envio de dados pelo país; e; identificar a agenda de demandas pós 2015.

- O Grupo Executivo deve responder os questionamentos e demandas levantados no seminário e colocar na página do seminário.
- O Grupo Executivo deve avaliar mudanças na página do Comitê para torna-la mais dinâmica, transformando-a em um propagador de divulgações.
- Sugestão de realizar o III Seminário Nacional do Comitê de Estatísticas Sociais na data de 20 ou 21 de novembro de 2013, devendo contemplar os temas de informações prestadas a organismos internacionais, folder, avanço no levantamento de lacunas, disseminação dos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais da Comissão de Estatística das Nações Unidas e do código de boas práticas na produção de estatísticas.
- Em setembro de 2013 será informado o que será demandado ao Brasil para o preenchimento do inventário de operações estatísticas demandado pela REES do MERCOSUL.
- O Grupo Executivo deve avaliar onde precisa de recursos financeiros ou humanos, como consultorias, e encaminhar a demanda ao Comitê Gestor.

ANEXO

5ª Reunião do Comitê Gestor do Comitê de Estatísticas Sociais

04 de julho de 2013, das 10h às 13h

Local – Salão Nobre do Ministério do Planejamento
Esplanada dos Ministérios - Bloco K – 9º andar - Brasília - DF

Sugestão de Agenda

1. Informe sobre os trabalhos do Grupo Executivo do Comitê de Estatísticas Sociais.
2. Apresentação de proposta do primeiro folder do Comitê de Estatísticas Sociais.
3. Avaliação de criação de subgrupo para o acompanhamento do envio e uso de dados oficiais encaminhados a organismos internacionais.
4. Avaliação dos desdobramentos do II Seminário Nacional do Comitê de Estatísticas Sociais.
5. Informe sobre os grupos de trabalho e estudos do IBGE em temas sociais.
6. Informe sobre os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais da Comissão de Estatística das Nações Unidas.
7. Diretrizes e próximos passos.